



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná
Promotorias de Justiça da Comarca de Apucarana

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

No dia 13 de agosto de 2015, a partir das 19h30min, no auditório do Cine Teatro Fênix, situado na Avenida Curitiba, 1.215, centro, neste Município de Apucarana/PR, tiveram início os trabalhos da audiência pública visando debater o tema **CORRUPÇÃO – PROPOSTAS DE LEI DE INICIATIVA POPULAR PARA COMBATE À CORRUPÇÃO**, sob a presidência do Promotor de Justiça, Dr. Evandro Augusto Dell Agnelo Santos, em exercício na 6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Apucarana. Presentes ao evento, assinalou-se a presença dos relacionados em lista em anexo, demais participantes, além dos Promotores de Justiça EVANDRO AUGUSTO DELL AGNELO SANTOS, SÉRGIO MIGLIARI SALOMÃO, EDUARDO AUGUSTO CABRINI, GUSTAVO MARCEL FERNANDES MARINHO e RICARDO BENVENHU.

No ato de abertura da Audiência Pública, a Mestra de Cerimônia, Cláudia Regina Ballan, saudou todos os presentes e anunciou os componentes da mesa, quais sejam: o presidente da mesa, **Dr. Evandro Augusto Dell Agnelo Santos**, Promotor titular da 6ª Promotoria de Justiça; **Dr. Sérgio Migliari Salomão**, Promotor titular da 1ª Promotoria de Justiça; **Dr. Eduardo Augusto Cabrini**, Promotor titular da 4ª Promotoria de Justiça; **Dr. Gustavo Marcel Fernandes Marinho**, Promotor titular da 3ª Promotoria de Justiça; **Dr. Ricardo Benvenhu**, Promotor titular da 5ª Promotoria de Justiça; **Dr. Oswaldo Soares Neto**, Juiz Diretor do Fórum da Comarca de Apucarana; **Dr. Raphael Otavio Bueno Santos**, Procurador da República do Ministério Público Federal de Apucarana; **Sr. José Airton de Araújo**, Presidente da Câmara de Vereadores de Apucarana; **Sr. Carlos Alberto Gebrin Preto**, Prefeito de Apucarana; e **Sr. Mauro de Oliveira Carlos**, Presidente do Observatório Social de Apucarana.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná
Promotorias de Justiça da Comarca de Apucarana

Na sequência, a mestra de cerimônia convidou todos os presentes para cantar o hino nacional.

Passada a palavra ao presidente da mesa, o Promotor de Justiça **Dr. Evandro Augusto Dell Agnelo Santos**, este, iniciou recitando o seguinte poema, de Eduardo Alves da Costa:

"Na primeira noite eles se aproximam
e roubam uma flor
do nosso jardim
E não dizemos nada.
Na segunda noite, já não se escondem;
pisam as flores,
matam nosso cão,
e não dizemos nada.
Até que um dia,
o mais frágil deles
entra sozinho em nossa casa,
rouba-nos a luz, e,
conhecendo nosso medo,
arranca-nos a voz da garganta.
E já não podemos dizer nada."

Após saudou os componentes da mesa, seguindo dizendo sobre a satisfação de estar presidindo o evento ao lado dos amigos de profissão, demais autoridades, prefeito, alunos e população, e apresentou o tema objeto de debate, isto é, a "Propostas de Lei de Iniciativa Popular para Combate à Corrupção. Asseverou que a corrupção dilapida o patrimônio público, nos roubam o dinheiro que serviria para construir hospitais, escolas. Indagou os presentes sobre como fazer para que a corrupção em nosso país efetivamente seja encarada como um crime sério, grave e não como até hoje costuma ser, um crime de altíssimo benefício e baixíssimo risco. Esclareceu que é para fazer essa reflexão, de como nós podemos melhorar, que o Ministério Público realizou a audiência em tela, para debater



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná
Promotorias de Justiça da Comarca de Apucarana

algumas propostas de iniciativa popular promovidas pelo Ministério Público Federal. Concluindo, disse não bastar reprimir, deve-se prevenir a corrupção, razão pela qual há as 10 medidas de combate à corrupção.

Às 19h50, a palavra foi transferida ao Promotor de Justiça **Dr. Eduardo Augusto Cabrini**, o qual, após cumprimentar os demais integrantes da mesa, bem como aos presentes, teceu comentários sobre a Proposta de Iniciativa Popular para combate à corrupção, à luz de ilícitos praticados em âmbito de direito administrativo. Introduziu esclarecendo o que se trata de ato de improbidade administrativa, sendo todo ato ilícito ou toda conduta contrária aos princípios basilares da administração, quais sejam: legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. Acrescentou que todo agente público que no exercício de sua função transgredir alguns dos princípios estará realizando atos de improbidade administrativa, que compete ao promotor de justiça investigar. Asseverou que as medidas propostas pelo Ministério Público Federal, a serem encaminhadas ao Congresso Nacional, por intermédio de iniciativa popular, são mecanismos de combate a corrupção que visam à defesa à moralidade pública. Em ato contínuo passou a elencar algumas medidas, que, ao seu ver, entendeu ser pertinente. Assim, explanou sobre as medidas concernentes ao teste de integridade, aplicação de percentuais de publicidade para ações e programas, sigilo da fonte, extirpação da defesa prévia, criação de varas especializadas e regulamentação do acordo de leniência para os atos de improbidade administrativa. Ao finalizar, exteriorizou ser inegável que o maior de todos os delinquentes certamente é o administrador e o agente público corrupto, portanto sendo eles o motivo da chaga que assola o país deve-se buscar meios para prevenir, reprimir e visar uma sociedade mais justa, com menos corrupção para sobrar dinheiro para saúde e educação, e que as notícias sejam de um país mais justo, ao contrário do que tem-se visto.

Em ato contínuo, às 20h05, passou-se a palavra ao Promotor de Justiça **Dr. Ricardo Benvenhu**, o qual, após cumprimentar os demais integrantes da mesa, bem como aos presentes, iniciou sua fala dizendo que igual a uma infecção generalizada que mata por falência o indivíduo, o Brasil está morrendo pela



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná
Promotorias de Justiça da Comarca de Apucarana

corrupção. Após, destacou as medidas de combate à corrupção, sob a égide do direito criminal, ressaltando que nesta área há uma dificuldade extrema do Ministério Público em punir os agentes públicos corruptos, eis que é difícil reunir provas suficientes e indícios de autoria para oferecer a denúncia junto ao juiz criminal. Isso porque, a propina não deixa recibo. E mesmo quando superada essa fase de coletas de provas, quando logra-se êxito em oferecer a denúncia, é preciso provar em juízo, e se há condenação, a pena aplicada fica no mínimo legal, isto é, 2 anos de reclusão, que acaba sendo substituída por pena restritiva de direito. Em ato contínuo passou a elencar algumas medidas propostas pelo Ministério Público Federal, na seara Criminal. Assim, explanou sobre as medidas concernentes à criminalização do enriquecimento ilícito, aumento de pena dos crimes funcionais, inserir crimes funcionais no rol de crimes hediondos, revogação do artigo 600, §4º, do CPP, mudanças acerca do instituto da prescrição e da prova ilícita. Ao final, encerrou com a seguinte frase de Rui Barbosa: “De tanto ver triunfar as nulidades; de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça. De tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra e a ter vergonha de ser honesto”.

Posteriormente, às 20h25, o Presidente da Mesa, transmitiu a palavra ao **Dr. Oswaldo Soares Neto**, Juiz Diretor do Fórum de Apucarana, o qual, após os cumprimentos, enfatizou sobre as operações de investigação da polícia federal, que atingem a cúpula do governo federal. Após, ressaltou que as medidas de combate à corrupção promovidas pelo Ministério Público Federal, também são de suma importância para o Poder Judiciário, eis que deve-se mudar algumas minúcias do sistema processual e recursal que permitem que o processo tenha um tempo longo. Em ato contínuo, disse sobre as delongas processuais de feitos que visam apurar improbidade administrativa, e enfatizou que a Bahia é um dos estados mais morosos, enquanto que o Paraná é um dos estados mais céleres para julgar tais atos. Reafirmou os dizeres do Ministro Cesar Peluso, no sentido de que o Brasil é o único país que tem quatro instâncias recursais. Assim, disse que o Poder Judiciário apoia os projetos capitaneados pelo Ministério Público Federal e apoia também medidas que tragam maior celeridade aos crimes relacionados a prejuízos



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná
Promotorias de Justiça da Comarca de Apucarana

ocasionados à administração pública, tornando assim medidas que dariam maior eficiência ao julgamento dessas ações, seja na esfera civil ou na penal. Por fim, reiterou a frase de Rui Barbosa, dita pelo Promotor de Justiça Ricardo Benvenhu.

Às 20h40, o **Dr. Raphael Otavio Bueno Santos**, Procurador da República do Ministério Público Federal de Apucarana, cumprimentou todos os presentes e, em seguida, disse sentir que o povo é contra a corrupção e o povo está na rua pedindo fim da corrupção. Assim sendo, essa foi a oportunidade do Ministério Público Federal que tentou fazer com que a vontade da sociedade, fosse colocada no papel e transformadas em medidas efetivas. Disse que a sociedade pode contribuir assinando o formulário da Proposta de Iniciativa Popular. Por fim, agradeceu o convite e parabenizou a iniciativa do Ministério Público Estadual.

Às 20h45, o **Sr. Carlos Alberto Gebrin Preto**, Prefeito de Apucarana, após os cumprimentos de praxe, manifestou apoio a todas as medidas apresentadas, e disse que quanto mais controle e auditorias, teremos com certeza instituições perenes e consolidadas. Mencionou sobre a investigação “Lava Jato”, onde houve a presença de empresas estrangeiras envolvidas, demonstrando-se que o Brasil não é uma ilha. Disse que no Brasil há empresas com código de conduta e éticas, mas no momento de embolsar algo, não se faz vigorar. Após contar uma história de cunho particular, disse que a corrupção não mede tempo e espaço. Saudou a iniciativa do Ministério Público e disse que quanto mais acompanhado e fiscalizado é o poder executivo, mais se sente desconfortável, mas, no fundo, esse é o aval necessário para os bons dirigentes e, ao final, quando os mandatos se encerram, o seu legado também permanece.

Às 20h52, o **Sr. José Airton de Araújo**, presidente da Câmara de Vereadores de Apucarana, após os cumprimentos, registrou que, enquanto legislador, apoia as medidas citadas, e disse que o Brasil está melhorando. Acrescentou que as pessoas que antes eram imunes de serem presas, hoje as vislumbramos atrás das grades, sendo que o lugar de pessoas corruptas é na



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná
Promotorias de Justiça da Comarca de Apucarana

cadeia. Por fim, frisou ter certeza que com as medidas irá haver mais melhoras e que a sociedade deve se organizar e colher mais assinaturas.

A título de **encaminhamentos** decorrentes da presente audiência, ficou deliberado que as assinaturas coletadas no formulário de Proposta de Iniciativa Popular, serão encaminhadas ao Ministério Público Federal, para posterior encaminhamento ao Congresso Nacional. Frisa-se nesse particular, que no ato da audiência foram colhidas 480 (quatrocentos e oitenta) assinaturas, além de 1.247 (um mil, duzentos e quarenta e sete) assinaturas coletadas até a presente data, em outras atividades promovidas por este órgão.

Às 20h57, o Promotor de Justiça **Dr. Evandro Augusto Dell Agnelo Santos**, ora Presidente da mesa, agradeceu a presença do Prefeito e a cessão do patrimônio para realização da audiência pública, bem como aos demais componentes da mesa, em especial, aos colegas de trabalho, coordenadores das instituições de ensino e alunos em geral. Abriu-se a oportunidade para os presentes realizarem questionamentos acerca do tema, porém, não houve manifestações. Por fim, disse que o objetivo da audiência pública mais do que colher assinaturas é fazer uma reflexão com cada um sobre a corrupção, sobre o que cada um pode fazer para mudar a realidade que vivenciamos. Enfatizou ser a corrupção é um ato de alto benefício e baixo risco, e a mesma resta imune. Citou a existência do “habeas corpus canguru” em nosso ordenamento jurídico. Disse ainda, que o projeto de iniciativa popular visa, no mínimo, tornar mais difícil a vida dos corruptos. Por fim, contou uma parábola e encerrou agradecendo a presença de todos, bem como aqueles que corroboraram para a realização do evento.

Nada mais havendo, **finalizou-se** a presente audiência pública às 21h10. Eu, Diane Fernandes Fornaciari _____, assessora da 6ª Promotoria de Justiça do Ministério Público de Apucarana/PR, lavrei a presente ata, a qual segue assinada por mim e pelos participantes nominados.

Apucarana, 13 de agosto de 2015.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná
Promotorias de Justiça da Comarca de Apucarana

Evandro Augusto Dell Agnelo Santos
Promotor de Justiça – Presidente

Eduardo Augusto Cabrini
Promotor de Justiça

Ricardo Benvenhu
Promotor de Justiça

Sérgio Migliari Salomão
Promotor de Justiça

Gustavo Marcel Fernandes Marinho
Promotor de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná
Promotorias de Justiça da Comarca de Apucarana

**LISTA DE PRESENÇA:
CONVIDADOS QUE COMPUSERAM A MESA NA AUDIÊNCIA PÚBLICA
REALIZADA EM 13/08/2015, ÀS 19h30
No Auditório do Cine Teatro Fênix, Apucarana - Paraná**

Nome	Instituição
Dr. Oswaldo Soares Neto	Fórum de Apucarana
Dr. Raphael Otavio Bueno Santos	Ministério Público Federal de Apucarana
Sr. Carlos Alberto Gebrin Preto	Prefeitura do Município de Apucarana
Sr. José Airton de Araújo	Câmara de Vereadores de Apucarana
Sr. Mauro de Oliveira Carlos	Observatório Social de Apucarana